

Novo aperto fiscal de acordo com FMI encontrará resistência no Congresso

Marcelo de Moraes

De Brasília

Governistas e oposição admitem fazer um acordo para aprovar no Congresso medidas que sejam necessárias para amenizar a situação e que estejam envolvidas no acordo em negociação com o FMI. Mas antes de avaliar um eventual pacote, deputados e senadores querem levar em consideração o cenário econômico da ocasião e o teor das propostas. Por causa do calendário eleitoral, políticos governistas reconhecem que só votarão em caso de real necessidade o aumento de impostos e corte de gastos públicos.

Por conta da crise e da negociação de um novo acordo com o FMI, o governo poderá ter de enviar para o Congresso um projeto que reveja a previsão de superávit primário para 2003. O superávit previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias

(LDO) do governo federal equivale a 2,8% do Produto Interno Bruto (PIB) ou R\$ 39,8 bilhões. Se mexer na meta, o governo está sinalizando a necessidade de promover um novo aperto fiscal.

Nessa hipótese, poderá ser submetido ao Congresso o cancelamento da redução da alíquota de Imposto de Renda de 27,5% para 25% e a redução de um ponto percentual na cobrança da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) das empresas. "Podemos até votar em caso de emergência. Mas são matérias polêmicas, que precisam ser muito bem estudadas antes. O Congresso poderá se mobilizar para isso caso seja realmente necessário", diz o presidente nacional do PMDB, deputado Michel Temer (SP).

O presidente da Câmara, deputado Aécio Neves (PSDB-MG), disse ontem que vai conversar com os líderes partidários para que todos estejam mobilizados para o caso de necessi-

dade de se votar algum pacote de emergência. "O Congresso dará a resposta rápida que a economia do país necessitar. Independentemente do calendário eleitoral", garante.

O líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), lembra que essas propostas estão sendo discutidas, até agora, só pela equipe econômica. Ele avalia que será necessário acompanhar o cenário para saber que tipo de medida terá de ser apreciada. Mas admite que a necessidade servirá como mobilizador do Congresso.

O comando do PT, maior partido de oposição dentro do Congresso, já sinalizou para o governo que terá boa vontade caso seja necessário votar um pacote de emergência. A boa situação do candidato petista à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, nas pesquisas de intenção de voto faz com que o partido prefira colaborar com as negociações para amenizar a crise econômica do que ter de

administrar o problema depois, caso venha as eleições. "Se houver necessidade e os termos propostos não representarem nenhuma loucura, teremos boa vontade", diz um integrante da cúpula petista.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) vai apresentar uma requerimento na sessão de terça-feira da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, solicitando informações do Banco Central e da BM&F sobre quais instituições tiveram lucratividade com a alta do dólar dos últimos dias. "Queremos saber quem ganhou e quem perdeu nesse processo. Tudo indica que um grupo de bancos fez uma operação 'zé com zé'. Alguns espertinhos fizeram subir o preço para prejudicar quem tinha que pagar", disse Suassuna. Segundo o senador, a partir das respostas do BC e da BM&F ele vai analisar a apresentação de uma proposta para que o caso seja investigado pelo Senado. (Colaborou Marluza Mattos)